

grupo de investigação em comunicação,
jornalismo e espaço público

cadernos da

[M2]

mediapolis

tema

“Verão Quente de
1975 Revisitado”

autor

João Figueira

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press



*grupo de investigação em comunicação,
jornalismo e espaço público*

[M2]

*Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press*

Ficha técnica

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coordenação

Carlos Camponez carlos.campones@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra

Tema

«Verão Quente de 1975 Revisitado»

Autor

João Figueira

Prefácio

Miguel Carvalho

Administração

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século
XX da Universidade de Coimbra – CEIS20,
Rua Filipe Simões, n.º 33,
3000-186, Coimbra, Portugal,
Email: ceis20@ci.uc.pt,
Telf.: +351 239 708 870
Fax: +351 239 708 871.

Direção de Imagem

António Barros

Design

Carlos Costa

ISBN

978-989-26-1248-5

ISBN Digital

978-989-26-1249-2

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1249-2>

Cadernos da Mediapolis

*Grupo de Investigação em Comunicação,
Jornalismo e Espaço Público*

[M2]

cadernos da
mediapolis

[M2] *cadernos da mediapolis* são uma publicação do Grupo de Investigação em Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. O seu objetivo é o de dar expressão

pública de investigações preliminares ou de conclusões finais na área das Ciências da Comunicação. Integram-se neste projeto editorial estudos inéditos ou objeto de atualização, tendo por referência a sua

qualidade científica, ou que pelas suas características específicas não possam ser integrados na *mediapolis – Revista de Investigação em Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*.

Os cadernos da mediapolis estão sujeitos a arbitragem científica.

João Figueira

é professor auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em cujo Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação leciona, investiga e orienta pesquisas nos campos do Jornalismo e da Comunicação. É ainda investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), onde integra o grupo de investigação, “Comunicação, Jornalismo e Espaço Público” e atual diretor do segundo ciclo em Comunicação e Jornalismo.

Autor de três livros sobre Jornalismo – *Os Jornais como actores políticos*.

DN. Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975 (2007); *Jornalismo em liberdade* (2009); *A imprensa Portuguesa* (1974-2010) – publicou ainda um número considerável de artigos científicos e capítulos de livros sobre os domínios que investiga.

As questões ligadas com a História do Jornalismo e com as mudanças no exercício do jornalismo, a par do estudo das relações entre as Organizações e os *media* constituem as suas principais fontes de interesse académico.

Sumário

PREFÁCIO

O passado presente

Miguel Carvalho | 7

Verão Quente de 1975 revisitado | 11

O regresso dos diretores dos jornais ao

Verão Quente | 17

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O diário da revolução | 19

LUÍS DE BARROS

*Havia que eliminar o poder dos
resquícios do antigo regime do interior
do Diário de Notícias* | 21

EXPRESSO

“Instrumento do PPD” | 27

FRANCISCO PINTO BALSEMÃO

*“Os novos-ricos ideológicos, o PCP e
Vasco Gonçalves foram os principais
adversários políticos do Expresso”* | 29

JORNAL NOVO

Vocação socialista | 35

ARTUR PORTELA FILHO

*“O Jornal Novo determinava
a agenda política”* | 37

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS | 45

PREFÁCIO

O passado presente

Nasci a 25 de novembro de 1970. Não “vivi” a “Revolução dos Cravos” nem os tempos apaixonados e conturbados que se seguiram. Ou melhor, “vivi”. Aprendi que parte de nós é sempre uma biografia que não escolhemos. Por isso, são também nossos os episódios, relatos e peripécias de que fomos parte sem ser parte, pelo menos conscientemente. No fundo, somos herdeiros de um tempo, até certa altura sem direito a escolhas sobre o sítio onde queríamos estar ou os contextos particulares ou coletivos que moldaram o nosso crescimento.

O 25 de abril, a Revolução, o “Verão Quente” são o meu passado sempre presente. Não os escolhi, não os “vivi”. Mas são minhas as histórias dos tios que andaram na clandestinidade a lutar por um País decente à luz do dia. São também meus os estilhaços das bombas que colocaram à porta da casa dos avós, os sonhos por realizar, as esperanças que ficaram pelo caminho. O PREC (Processo Revolucionário em Curso) apanhou-me na idade da inocência. É de ténues luzes e prolongadas sombras a minha “memória-criança”. Toda ela feita de noites mal dormidas, de vultos a entrar e a sair

do meu quotidiano pela madrugada, de agitações espontâneas vindas do nada, de festas de povo unido e canções épicas partilhadas às cavalitas, sorrisos a rasgar os céus ou lágrimas amparadas por abraços firmes.

Não se chega à consciência, à maturidade e ao futuro, sem valorizar esta cartografia da pele, dos afetos, dos sentidos. Na prática, acabei por chegar cedo à memória desses tempos. Aos pedaços de história familiar juntei livros, jornais, conversas, vivências de outros homens e mulheres que me ajudaram a preencher o puzzle do passado não vivido, mas que carrego por dentro como se ainda reclamasse uma justiça tardia que honre a verdade e dignifique a História. Jornalista há mais de 25 anos, não descansei – não descanso ainda – na procura de todas as respostas para os porquês desse tempo fundador, desse tempo que escreveu direito, ainda que por caminhos ínvios e linhas tortas, o País que somos.

Mergulhar nas páginas da autoria do meu camarada João Figueira sobre o tempo em que o jornalismo não era fogo-fátuo, mas ofício praticado em labareda, de forma descontrolada, tão apaixonado como militante ou

incendiário, é uma experiência obrigatória para quem, mesmo correndo o risco de tudo estar já demasiado distante ou presente, pretende compreender como chegámos aqui.

Através das linguagens, dos códigos, dos protagonistas e das trincheiras impressas do pós-revolução, entregues a excessos que reclamavam futuros para ontem, talvez juntemos peças preciosas do puzzle que nos ajuda a compreender o quanto aquele tempo foi, ele próprio, vivido a uma velocidade desgovernada, sem olhar a curvas apertadas ou derrapagens, ao serviço dos mais (in)justificados interesses.

Nesse contexto, o jornalismo do DN, do Expresso e do Jornal Novo – os exemplos documentados pelo autor – ilustram à saciedade à forma militante como a Imprensa se posicionou nestes tempos em que Portugal ardia, febril de revanchismos, imediatismos e paraísos na terra. Da neutralidade, verdade seja dita, poucos se reclamaram. Mas em nome da liberdade, muito caucionaram, torcendo e retorcendo os valores do ofício. O amanhã parecia sempre longe demais.

Mais do que agendas ou acontecimentos, os jornais e os protagonistas

revisitados pelo João Figueira queriam, isso sim, cavalgá-los. A galope. Sem meias palavras, sem os rodeios que a acutilância e o saber do João Figueira nunca permitiriam, Luís de Barros (DN), Pinto Balsemão (Expresso) e Artur Portela Filho (Jornal Novo) assumem que o jornalismo se tornou, naquele momento histórico, uma forma de fazer política. Não sendo propriamente os atores principais, os jornais nem por isso aceitaram ser figurantes. Preferiram, isso sim, representar papéis a meio caminho entre a interpretação dos factos e o carácter panfletário, sem lamentos ou arrependimentos sobre a forma como os “adversários” foram elevados ou reduzidos editorialmente a determinados graus de nocividade política, consoante as conveniências, obediências e seguidismos.

No trabalho do João Figueira fala-se de pressões, de agitação, de jornais feitos instrumento. De administrações – ontem como hoje – omniscientes e omnipresentes, pouco ou nada indiferentes. De redações frequentadas por visionários, moderados, radicais ou “meninos rabinos”. De propaganda no lugar da informação, de opinião atizada e interesses pouco ou nada jornalísticos vertidos em letra redonda. De exageros

ou silenciamentos impressos no código genético de um tempo vivido com bandeiras empunhadas ou mal disfarçadas. Onde “socialismo”, “direita”, “reação” e “unidade de esquerda” foram palavras e slogans de alto teor calórico, e os combates ideológicos travados sem sono, resvalando facilmente para as bermas da estrada que Abril abriu.

Ao ajudar-nos a descodificar esse tempo, ao desmontar as entrelinhas da postura da Imprensa dessa época, João Figueira presta-nos um serviço inestimável: tornar o passado presente. Mais até do que ele próprio imaginaria.

Na verdade, no momento em que escrevo estas linhas à guisa de prefácio, Portugal vive um momento histórico: a possibilidade, em 40 anos, de ter um governo socialista apoiado pelas forças à sua esquerda (BE e PCP), ditas “radicais”. Bastou, pois, que um líder do PS derrotado nas urnas, mas valendo-se de um acordo parlamentar, quisesse redefinir o espaço político de uma forma sem precedentes para que o passado voltasse a dizer presente. E regressasse eriçado. De novo.

Nas semanas que se seguiram ao dia 4 de outubro de 2015, data de Eleições Legislativas, a linguagem, as

trincheiras e as polémicas reciclaram-se a partir de um tempo com quatro décadas. Agora, o universo é maioritariamente digital, no qual sobressaem as redes sociais. Aí proliferam o pasto ateadado ou a terra queimada, em registo toca e foge. Nunca antes vistos, pelo menos na sua obsessão, tonalidade e arrogância, são talvez os insultos gratuitos e desenfreados, falhos de debate e mérito. A exibição intolerante de certa manha retórica, recalçada ao serviço da partidarite crónica, órfã de disco duro, conquista território mediático.

Também os jornais voltaram, por estes dias, a erguer os seus próprios muros, a manter a corda tensa. Deixaram finalmente estalar o verniz do consenso informativo que partilhavam por contágio mais ou menos assumido ao sabor da pequena divergência, da fugaz rivalidade e do obediente escrutínio, tão inócua como petulante, ao holorento “arco da governação”. Por isso, e para se perceber o ar deste tempo que nos calhou em sorte, talvez valha a pena reler as páginas que se seguem do meu camarada João Figueira sobre a época em que os jornais foram atores políticos e substrato do jogo partidário do pós-25 de abril.

Estarão tais tempos enterrados ou a desfilar, reciclados, diante dos nossos olhos? É verdade que os meios e os protagonistas retratados são já parte da arqueologia do regime, mas não deixa de ser curioso – e aqui e ali arrepiante – identificar no momento atual sinais desse passado impresso, ainda que mais ou menos ténues.

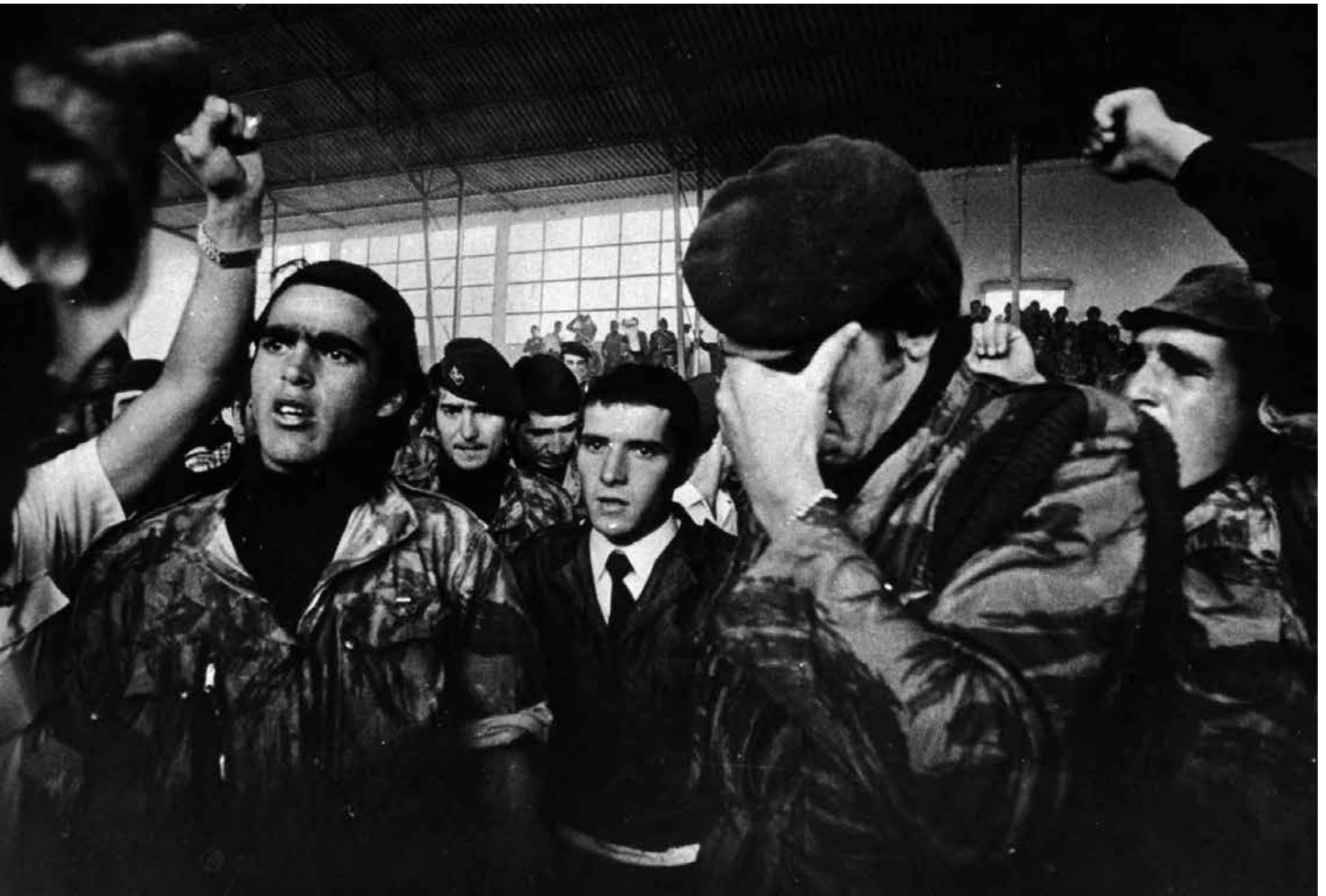
De facto, não são precisos olhos de lince para assinalar, no panorama da Imprensa atual, o desconforto do poder económico-financeiro e das corporações com o eventual “regresso” de uma esquerda radical às soluções de poder, a informação ao serviço de uma ideologia única, austera e salvadora, a linguagem maniqueísta, a adjetivação em roda livre, onde opinião e informação surgem tão cúmplices como no gatinhar da democracia, ainda que ao serviço de interesses e causas difusas.

Para o ser, a História precisa de tempo. Mas ler o que o João Figueira nos relata permite atalhar caminhos. É, diria, um modo de ajudar a digerir o presente. Servindo-o bem passado.

Miguel Carvalho

Jornalista da revista VISÃO

Novembro de 2015



Verão Quente de 1975 revisitado

Na ponta ocidental do Velho Continente, “onde entre o mar e a guerra/ vivia o mais infeliz/ dos povos à beira-terra”¹ Portugal era, há 40 anos, o laboratório político da Europa e 1975 é o ano de todas as viragens e clarificações.

Após perto de quatro décadas de vida em ditadura com total ausência de liberdade de expressão e de reunião, o País agita-se, manifesta-se, cria partidos, liberta os presos políticos, fundam-se jornais e revistas — a política, dir-se-á, está em toda a parte e é parte integrante e essencial do quotidiano dos cidadãos. Desde “o dia inicial inteiro e limpo”² de que nos fala a poesia de Sophia que Portugal é um cadinho de experiências e de sonhos, onde tudo é urgente e premente depois de anos a marcar passo.

À voz única e autoritária do Estado Novo surgiu, da noite para o dia uma miríade de opiniões, fações e atitudes embebidas numa tão rica quanto confusa variedade tonal ideológica, embora o caminho apontado, de acordo com os programas políticos vigentes e apoiados pela generalidade dos *media*, seja a via para o socialismo (Figueira, 2007). Mesmo o programa do PPD, aprovado no I Congresso Nacional realizado em Lisboa a 23 e 24 de novembro de 1974 doutrinava que a “liberdade, igualdade e solidariedade são os grandes ideais do socialismo e realizam-se em democracia. Não há verdadeira democracia sem socialismo, nem socialismo autêntico sem democracia”³, sustentava o documento do partido fundado por Pinto Balsemão, Sá Carneiro e Magalhães Mota.

Mais à direita, o CDS de Freitas do Amaral e Amaro da Costa defendia a “nacionalização ou rigoroso controlo pelo Estado dos sectores da economia não sujeitos à lei da concorrência nacional ou internacionais”⁴, ao mesmo tempo que apontava para a instauração de “uma economia social de mercado como base fundamental e mais eficaz do nosso desenvolvimento acelerado”⁵.

Não admira, assim, que a Constituição de 1976 refletisse esse espírito e travo socialista da época, ao ponto de até os partidos mais conservadores — ou de direita como então eram classificados o PPD e o CDS pelas forças à sua esquerda — não se demarcarem, como hoje o fazem numa tentativa de reescrever a História, de uma via entendida como sendo mais equitativa e justa do ponto de vista social e económico. De resto, os mesmos PPD e CDS assinaram, em 1975, juntamente com PS, PCP, MDP e FSP o pacto MFA/Partidos, que consubstanciou o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA como órgãos de soberania.

1 Poema épico de Ary dos Santos, *As portas que Abril abriu*, Lisboa: Editora Comunicação, 1975, p.3.

2 Sophia de Melo Breyner, *O nome das coisas*, Lisboa: Moraes Editores, 1977, p. 28. A escritora fazia parte da lista oficial (elaborada a 16/9/1965) dos escritores proibidos pela censura de serem referidos em qualquer notícia. “Qualquer referência a estes escritores é para cortar (...) estes escritores morreram”, in Príncipe (1979, p. 10).

3 Programa do PPD, 1974, p. 13.

4 Programa do CDS, 1975, p. 19, ponto 150.

5 *Idem*, p. 5.

Significa isso que todos estavam de acordo com o essencial e que não havia fissuras nas diversas visões e perspectivas que cada partido tinha para o futuro do País? Claro que não. Inclusivamente no interior do mesmo partido as divergências eram sentidas e publicamente expressas. Em dezembro de 1975, poucos meses antes da discussão e votação final da Constituição, a bancada de 80 deputados eleitos pelo PPD via 17 dos seus membros desligarem-se do partido e terminarem o mandato como independentes.

A própria aprovação da Constituição, a 2 de abril, suscitou intenso debate e declarações de voto, designadamente ao seu Artigo 1: “Portugal é uma república soberana (...) e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes”. O texto passou, fruto da visão ideológica dominante no Parlamento — PS (117 deputados), PCP (30), MDP (5), UDP (1) aos quais se juntou o Representante dos Interesses de Macau (1) — mas a sua formulação teve os votos contra (6) do CDS. Sá Machado, um desses deputados ainda apresentou uma proposta alternativa: em vez da expressão “abrir caminho para uma sociedade sem classes” que se escrevesse “abrir caminho para uma sociedade socialista”. Nada feito. O PPD também votou contra o mesmo Artigo 1, não porque fosse contra a formulação em si (no que se distanciou do CDS), mas por entender que “o debate mostrou que se trata de uma expressão que amarra o artigo 1 à mundividência marxista” (Figueira, 2007, p.52).

A política, por estes dias, está em toda a parte: nas ruas, nas empresas, nas escolas e universidades, nos quartéis e, evidentemente, nas sedes partidárias. Onde, era impossível ao exercício do jornalismo escapar ao ar do seu tempo. Significa isso que ele, independentemente das opções editoriais de cada órgão e da sua respetiva identificação ideológica foi um ator político importante, a que o modo predominante como, então, se acedia à profissão reforçava e explica o comportamento e as atitudes que assumiu (Mesquita, 1986; Borrat, 1989; Garcia, 1994; Figueira, 2012).

Fruto dessa efervescência, no espaço de um ano e meio o país assiste à tomada de posse de seis governos, à fuga para o estrangeiro do general Spínola (na sequência do golpe falhado do 11 de março de 1975 e que, por isso, nem completou um ano como Presidente da República), à nacionalização da Banca e dos Seguros, à institucionalização do Conselho da Revolução e Assembleia do Movimento das Forças Armadas, à consolidação das comissões de trabalhadores, à reforma agrária e a oito dias de greve governativa⁶, resultado do clima de agitação política e social que Portugal respira. Inevitavelmente, os jornais — a televisão ainda estava longe de ter a relevância que ganharia anos mais tarde — com tiragens de dezenas de milhar vivem e protagonizam também de forma intensa e empenhada as mudanças, ao mesmo tempo que enchem as suas páginas de conflitos e polémicas. É a radicalização da imprensa, rádio e televisão que lidera as movimentações revolucionárias, ou são estas que inspiram a informação noticiosa? questionam-se Pimlott e Seaton

6 A 20 de novembro de 1975, o VI Governo liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, decide, em Conselho de Ministros, suspender a atividade governativa por entender que não estavam asseguradas as condições necessárias para garantir a sua operacionalidade. Para mais detalhes ver: Reis (1994, pp. 19-89).

(1979), referindo-se ao quotidiano agitado de 1975 que tanto preocupava o senador norte-americano James Buckley: “Não há nada a acontecer no mundo — nem no Sudeste asiático, nem mesmo no Médio Oriente — que tenha metade da importância e seja mais ameaçador que o avanço comunista para o poder, em Portugal” (Maxwell, 1999, p. 128).

Os acontecimentos sucediam-se a uma velocidade tão grande quanto o calor e as polémicas que os animavam: abandono do Governo pelo PS (10 de julho) a que se seguirá, uma semana depois, o PPD: assalto e destruição de sedes partidárias de esquerda; queima dos jornais (Rio Maior), manifestações e barricadas...Era inevitável a bipolarização política do país, marcado pela legitimidade do voto democrático na Assembleia da República e pela chamada legitimidade revolucionária que se afirmava nas ruas e nas comissões de moradores, de trabalhadores, etc. Tal bipolarização foi, todavia, acentuada pelo país ideológico e partidário que, fruto dos resultados das eleições para a Constituinte (25 de abril 1975), vai começar a tomar posições nas ruas, demarcando-se, gradualmente, sob a liderança do PS, do MFA e, em particular, do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves.

No plano militar, várias movimentações se sucediam igualmente, com particular destaque para a mudança do comando da Região Militar de Lisboa. Vasco Lourenço substituíra no cargo Otelo Saraiva de Carvalho, o que motiva a contestação de algumas unidades. O Conselho da Revolução, porém, confirma a nomeação, a 24 de novembro, ao mesmo tempo que decide, na mesma reunião, acabar com a base-escola de paraquedistas de Tancos. Foi a gota de água. Os paraquedistas de Tancos revoltam-se, ocupam as bases aéreas de Monte Real e Montijo, dando início a um conjunto de complexas movimentações militares e políticas, conhecidas pelo 25 de novembro, que haveria de culminar com o triunfo dos sectores moderados do MFA.

“O desfecho do 25 de novembro acabou por ser o produto da precipitação voluntariosa própria do extremismo da esquerda que, desamparado pela prudência tática de comunistas e gonçalvistas, esbarrou com a determinação do sector moderado que há muito se encontrava preparado para uma eventualidade como esta”, escreve António Reis (1994, p. 37), que vê nesse cenário político emergente uma “recuperação da influência dos sectores conservadores e direitistas (...) e a acentuação da estratégia de rápida passagem para uma democracia parlamentar sem tutelas militares, ou pelo menos, com reduzida interferência do MFA, defendida pelo PS, PPD e CDS” (Reis, 1994, p. 38).

O 25 de novembro marca, portanto, o fim de um certo vanguardismo — que ficou conhecido por PREC (Processo Revolucionário Em Curso) — e a afirmação das forças políticas e ideológicas que, no Parlamento, já eram dominantes: PS e PPD. No ano seguinte, nas eleições de abril que vão determinar o I governo Constitucional (1976-78), o CDS vai ultrapassar o PCP, consolidando-se, assim, nas urnas, a afirmação de um novo quadro político que, com nuances várias, desvios conjunturais e entendimentos recíprocos governa o país desde então.

A imprensa na revolução

No espaço de um ano após abril de 1974 surgem nas bancas oito novos semanários, dois diários, nove jornais partidários e mais de uma centena de publicações diversas. Só em 1975 sindicalizam-se 157 novos jornalistas (França e Marques, 1982), número que vai aumentar de forma exponencial nos anos seguintes. Esses primeiros anos, no entanto — o primeiro código deontológico só surge em setembro de 1976 — vão ser marcados pela militância política, relegando para segundo plano as preocupações de ordem profissional (Mesquita, 1994, Figueira, 2007). De tal modo, que a primeira sede do PPD foi nas instalações do *Expresso*, como relata Marcelo Rebelo de Sousa (2000), não mitigando o papel e ação política que os jornais tiveram no pós- 25 de abril.

Ao contrário do que hoje sucede com “o espetáculo das atitudes e das pequenas frases” (Roy, 2003, p.132), no pós 25-abril a política e o debate ideológico estavam no centro do quotidiano dos cidadãos e eram a alma da informação jornalística. Só assim entenderemos as palavras de José Saramago, enquanto diretor-adjunto do *Diário de Notícias*, em entrevista ao enviado do *Humanité Dimanche*, Jacques Frémontier: “estamos em plena luta de classes, é uma batalha de vida ou de morte entre eles e nós...” (Frémontier, 1976, p. 135).

O jornalismo era, neste contexto, uma parte ativa e empenhada do combate político — mais ainda após as nacionalizações de março de 1975 — e, nesse sentido, foi uma arma empunhada pelos mais diversos quadrantes. Numa fase inicial, aliás, alguns jornais — como o semanário *Tempo*, dirigido por Nuno Rocha, e a um outro nível o *Jornal Novo* — que posteriormente viraram à direita, fizeram a defesa incondicional da via socialista inscrita na maioria dos discursos públicos e na Constituição.

Os jornais não escaparam, portanto, aos ventos fortes da mudança. Das primeiras greves e reivindicações passa-se ao controlo das empresas pelas organizações dos trabalhadores da imprensa. Até o *Expresso* se viu a braços com o boicote dos ardinas, a 14 de dezembro de 1974, por causa das respetivas margens de lucro nas vendas, ao mesmo tempo que outros jornais enfrentavam resistências e boicotes vários por parte dos tipógrafos.

Com o processo das nacionalizações, alguns jornais, como *DN* e *O Século* assumem-se como os principais suportes noticiosos do PREC, embora outros títulos lhes seguissem os passos, mas de forma mais discreta ou menos assumida. As nacionalizações não impediram, no entanto, que novos jornais surgissem, uma vez que havia toda a liberdade para se criarem novas empresas, assim como estava garantida a plena liberdade de informação e de opinião (Figueira, 2012).

Porém, ao contrário do discurso hoje dominante, nenhum jornal desejava ser neutro. Diziam ao que vinham e escreviam de acordo com os princípios e as ideias que defendiam. Desse período intenso que marcou 1975 e o seu famoso Verão Quente, há três jornais que pela sua posição ideológica, expressão pública e respetivo alinhamento são incontornáveis: *DN*, *Jornal Novo* e *Expresso*. No âmbito da dissertação de mestrado que defendemos na Universidade de Coimbra, em

2005, intitulada, “Os jornais como actores políticos: o *Diário de Notícias*, *Expresso* e *Jornal Novo* no Verão Quente de 1975”, tivemos a oportunidade de entrevistar os diretores daqueles três títulos à época: Luís de Barros, Francisco Pinto Balsemão e Artur Portela Filho. As entrevistas estão inseridas num livro que publicamos em 2007, na editora Minerva Coimbra, a cujo proprietário e velho amigo, José Garcia, agradecemos o incentivo e autorização para as reproduzirmos. A circunstância de agora se celebrarem os 40 anos do 25 de novembro e do Verão Quente justifica, a nosso ver, um regresso a esse período rico e intenso da história recente de Portugal, em particular da história do jornalismo. Daí, a presente publicação, que, sobretudo a pensar nas gerações mais jovens, vai recuperar as referidas entrevistas para uma releitura que só o tempo permite que ela possa ser hoje mais depurada e distanciada.





O regresso dos diretores dos jornais ao Verão Quente

Há um longo caminho entre o jornalismo das transmissões analógicas, que cheirava a tinta e borrava as mãos, e o de agora, todo tecnologia, digital e com redações quase asséticas e sem fumo. Há 40 anos, nos alvares da liberdade reconquistada, o jornalismo viveu intensamente todas as contradições e lutas da sua época. Com erros, com ingenuidade, com voluntarismo, com muita ideologia. Desse período há alguns jornais que, pela sua influência, tiragens e perfil editorial desempenharam um papel importante. Foram protagonistas de um tempo e, à sua dimensão, verdadeiros atores políticos — quiseram ser agentes de mudança, recusando o conforto da neutralidade.

Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo são três desses protagonistas. Nesta revisitação ao Verão Quente de 1975 e ao 25 de novembro vamos (re)ler o que os seus diretores à época — Luís de Barros, Pinto Balsemão e Artur Portela Filho — pensavam, a partir das entrevistas que lhes fizemos, como já referimos, em 2005, no âmbito da nossa dissertação de mestrado. Lidas à distância qualquer das entrevistas nos surge como um documento insubstituível de um tempo e de uma vivência que muito nos ajuda a perceber melhor a história recente do jornalismo português. Para melhor as entender, cada uma delas é antecedida por um pequeno enquadramento do respetivo jornal, face ao comportamento e posicionamento que tinha, em 1975.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O diário da revolução

Fruto da nacionalização da Banca, a 14 de março de 1975, o DN, que pertencia à Empresa Nacional de Publicidade, propriedade da Companhia Portugal e Colónias, mas cujo capital era maioritariamente detido pela Caixa Geral de Depósitos, passa a depender do Estado. Na prática, queria dizer que, doravante — até maio de 1991, quando as ações na Bolsa de Lisboa foram vendidas pelo Estado ao Grupo Lusomundo — as administrações passariam a ser nomeadas pelo Governo. Por extensão e indiretamente, influenciava também, como se observará na entrevista a Luís de Barros, na escolha das respetivas direções. No caso do DN, José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos, que desse 25 de junho de 1974 desempenhava, respetivamente, os cargos de diretor e diretor adjunto, abandonam o jornal em 31 de março de 1975, sendo substituídos pela dupla Luís de Barros e José Saramago⁷.

Durante a sua direção, o jornal enfrentou uma crise interna que culminou com o despedimento de 24 jornalistas, em pleno Verão Quente. Porém, foram as suas posições de alinhamento e defesa do PCP, do MFA e do general Vasco Gonçalves, ao mesmo tempo que transformava Mário Soares num dos seus alvos preferidos, que lhe deram o protagonismo político que teve ao longo daqueles meses.

Com tiragens entre os 106. 800 e os 120 mil exemplares, um caderno principal de 16 páginas e um segundo de oito, ambos em *broadsheet*⁸ — o formato atual existe desde maio de 1984 — fazem do *DN* o diário português de maior circulação. Por outro lado, embora o *DN* fosse um veículo preponderantemente informativo — diferenciando-se do *Expresso* que dava à Opinião um enorme protagonismo — tal não significava a ausência do comentário. Pelo contrário, o jornal não se dispensava de dar ao leitor a sua interpretação sobre as matérias que noticiava. Sucedia, no entanto, que a par dos espaços de Opinião que publicava — e havia dias em que não publicava qualquer Opinião — o DN incluía nas notícias ou reportagens que realizava o seu próprio entendimento acerca da informação que estava a dar.

Ao misturar dois géneros — informação e opinião — no mesmo texto, o jornal condicionava e conduzia a leitura e perceção dos acontecimentos de forma consciente, porque esse era o estilo que cultivava e essa era a sua forma de estar no jornalismo. Sem equívocos, de resto: “O DN vai ser um instrumento nas mãos do povo português, para a construção do socialismo”⁹, sublinhou na tomada de posse do cargo, José Saramago. Na mesma ocasião, o diretor Luís de Barros, que fora subsecretário de Estado da Comunicação Social no II e III Governos Provisórios, disse que “o *DN* deve acompanhar o exemplo de perseverança e coragem do MFA e que tem de estar voltado para a defesa dos interesses do povo

⁷ A nova equipa diretiva só entrou em funções a nove de abril, embora Luís de Barros tenha assumido a direção um dia antes. Nos sete dias anteriores, o DN teve como diretor interino o coronel Joaquim Marcelino Marques, presidente do conselho de administração. Com a mudança política registada a 25 de novembro, a publicação do jornal (foi assim na região de Lisboa, em todos os que eram nacionalizados) foi suspensa durante quase um mês. Quando regressou às bancas trazia nova dupla diretiva: Vitor Cunha Rego (diretor) e Mário Mesquita.

⁸ É o maior formato de jornal. As suas páginas chegam a ter mais de 50cm de comprimento. O seu nome provém das impressoras antigas, normalmente de folha única.

⁹ Esta declaração consta de uma notícia publicada na pg. 2 do DN de 10/4/75.

português, indo, porventura, à frente do processo revolucionário em curso e utilizando a liberdade de imprensa com vista à conquista de novas liberdades”¹⁰.

A mensagem estava dada. Nos meses que se seguiram o jornal cumpriu na íntegra aquilo que a nova equipa diretiva anunciara.

¹⁰ Idem.



LUÍS DE BARROS*

Havia que eliminar o poder dos resquícios do antigo regime do interior do Diário de Notícias

João Figueira (JF) - O que fazia o Luís de Barros, antes de assumir a direção do *Diário de Notícias (DN)*, a 8 de abril de 1975?

Luís de Barros (LB) – Em julho de 1974, quando tive o primeiro convite para ir para o *Diário de Notícias*, era subchefe de redação do semanário *Expresso*. Mas creio que a sua pergunta vai no sentido de querer saber o que eu fazia antes de assumir o cargo de diretor. Pois bem: fui subsecretário de Estado da Comunicação Social nos II e III Governos Provisórios, onde tive a meu cargo a coordenação dos trabalhos sobre a Lei de Imprensa. Com a queda do III Governo Provisório e o fim dos trabalhos relacionados com o anteprojeto de Lei de Imprensa achei que estavam, também, terminadas as minhas funções oficiais. Em fevereiro de 1975 ingressei no *DN*, como subchefe de redação, a convite do diretor, José Carlos Vasconcelos, repetindo, aliás, o convite que já me tinha feito, antes ainda de o major Sanches Osório me ter levado para o Governo.

JF – Quem o convidou para diretor?

LB – Foi a administração do jornal que me convidou, em Março de 1975.

JF – Como surge a ideia de incluir José Saramago na equipa diretiva?

LB – O Saramago foi-me proposto pela administração do *DN*, ideia essa que, inicialmente, objetei, por entender que a direção do jornal deveria ser composta exclusivamente por jornalistas. Mais: a haver um diretor adjunto, entendia que o cargo deveria ser ocupado por um jornalista profissional, com experiência de trabalho nas redações. Daí, ter contactado para o efeito o Joaquim Letria, mas a administração voltou à carga com o nome do Saramago. Enfim, acabei por ceder e aceitar, até porque já conhecia e tinha tido contatos anteriores com o Saramago, nos finais do anos 60, na *Capital*.

JF – Na tomada de posse de José Saramago disse que o jornal “tem de estar voltado para a defesa dos interesses do povo português, indo, porventura, à frente do processo revolucionário em curso”. Era o *DN* a assumir a luta de classes e a colocar-se num dos lados da barricada?

LB – A ideia era ultrapassar os resquícios do antigo regime que ainda havia implantados na sociedade portuguesa e, sobretudo, eliminar o poder desses corpos organizados no interior do jornal. Aliás, seguindo aquilo que se encontrava estipulado no Estatuto Editorial.

JF – Na mesma ocasião, José Saramago disse que “o *DN* vai ser um instrumento nas mãos do povo português para a construção do socialismo. Quem não estiver empenhado nesse projeto é melhor abandonar” o jornal. Não havia lugar para os que pensassem de forma diferente?

LB – Não me lembro do Saramago ter dito isso.

JF – Está publicado no jornal: páginas 1 e 2 da edição de 10 de abril de 1975.

LB – Havia lugar para quem pensasse de forma diferente. Eu próprio defendia, de resto, a redação como um espaço plural, de troca e debate intenso de ideias. Agora, você ignora que o *DN* era um jornal conotado com o antigo regime e tinha, no seu interior, pedras que assumiam claramente essa posição ideológica e que sempre fomentaram e dirigiram um combate persistente à direção corporizada por mim e pelo José Saramago. E foram esses indivíduos que serviram de ponta de lança ao célebre “grupo dos 24”. Penso que a referência do Saramago, que há pouco citou, visava, justamente, esse grupo de jornalistas que não se conformava com o novo Estatuto Editorial e com a linha que o jornal assumia.

JF – A discordância com a linha editorial, por parte do “grupo dos 24”, era ou não, sobretudo, uma discordância política para as posições do jornal?

LB – As coisas vistas, assim, à distância... É preciso ter em conta o momento e o contexto em que elas ocorreram. Tomei conhecimento do “caso dos 24” num belo dia em que estava de férias no Algarve e leio nas páginas do *DN* a questão suscitada por eles. No fundo, tentaram, junto do Saramago – que na minha ausência me substituiu na direção – publicar um determinado artigo. Ele impôs-se e disse que não. Enfim, o processo e o caso, como era hábito na altura, foi amplamente debatido em plenários de trabalhadores, cuja comissão e o conselho de redação tomaram a posição que se conhece. Mas tratava-se de um grupo que estava isolado na redação, embora na fase final alguns jornalistas afetos ao Partido Socialista se tenham aliado a eles. Mas tudo isso não pode ser visto isoladamente, ou seja, desligado do contexto político que marcou o Verão Quente.

JF – O jornalismo era uma forma de fazer política? Quero dizer: era possível, na época, fazer jornalismo, em Portugal, desligado da ação política?

LB – O jornalismo era, é e será sempre uma forma de fazer política. Agora, atendendo ao momento em causa, é importante que se diga que se fazia política em todo o sítio. E os jornais, evidentemente, eram, por excelência, meios para a comunicação política.

JF – O *DN* procurava influenciar ou determinar a agenda política?

LB – Não. Nunca foi um intuito, nem passou pela cabeça... Procurava noticiar o que se passava, dando, naturalmente, de acordo com o Estatuto Editorial, conta daquilo que se passava, valorizando os aspetos que constavam na linha editorial do jornal.

JF – O *DN* tinha uma redação comunista?

LB – Não. Havia elementos do Partido Comunista (PCP), mas a maioria não era militante do partido. Não, de maneira nenhuma.

JF – O que responde aos que diziam que o *DN* era um órgão ao serviço do PCP e de uma certa linha do MFA?

LB – Ao serviço do PCP, de maneira nenhuma. O *DN* tinha o seu Estatuto Editorial e regia-se unicamente por ele.

JF – Porque é que o *DN* só publicou (21 de julho de 1975) o documento sobre a situação política do País apresentado por Vasco Gonçalves na Assembleia do MFA depois de o gabinete do mesmo Vasco Gonçalves o ter distribuído para divulgação, apesar de o jornal ter tido, anteriormente, acesso ao referido documento?

LB – Se a fonte que emite o documento pede que ele não seja divulgado, há que respeitar esse pedido.

JF – Em momento algum é pedido embargo do documento. Aliás, o *Expresso* publicara-o dois dias antes.

LB – Sinceramente, já não me lembro da situação. Mas se a entidade que é autora do documento não quer que ele seja divulgado, antes de ela entender dá-lo a conhecer, penso que é um princípio da deontologia jornalística respeitar essa vontade.

JF – Confirma o peso dos tipógrafos, no jornal?

LB – A tipografia tinha, efetivamente, alguma influência ao nível da comissão de trabalhadores. Havia alguns tipógrafos bastante ativos que às vezes subiam à redação e iam ao meu gabinete protestar contra certas notícias...

JF – Durante o Verão Quente, O PCP (126), MFA (108) e Vasco Gonçalves (70) são, respetivamente, o partido, a instituição e a personalidade com maior número de títulos no jornal. Quer comentar?

LB – É simples: foram as figuras dominantes na vida política da altura, como sabe. Vasco Gonçalves era o Primeiro Ministro e isso fazia dele uma figura central. Se você for ver, hoje, os jornais, vai certamente encontrar o nome de José Sócrates na maioria dos títulos de Primeira Página da Imprensa portuguesa. Na altura, por força, talvez, dessa radicalidade que existia na sociedade portuguesa, essa situação potenciaria, porventura, mais o aparecimento do nome de Vasco Gonçalves. Quanto ao PCP, tratava-se do partido dominante na cena partidária nacional — porque o era em termos de poder político —, ao passo que o MFA, com as suas célebres assembleias, determinava o rumo da vida política. Em síntese, estamos perante um partido, uma instituição e uma figura que foram e eram determinantes na altura.

JF – O PS (92) e Mário Soares (35) tiveram, também, direito a dezenas de títulos no *DN*. Porém, a maior parte das vezes são objeto de notícias negativas e tratados como os principais adversários do processo revolucionário. Porquê?

LB – Pois...repare, na altura, de facto, havia essa bipolaridade. Por um lado MFA/PCP e, por outro, a instituição Partido Socialista e o seu líder, Mário Soares e o Grupo dos Nove. Do PSD mal se ouvia falar, do CDS tão pouco... Eram aqueles os dois polos, as duas forças que se começavam a afirmar na sociedade portuguesa.

JF - Recorda-se do tratamento que o *DN* deu ao Documento dos Nove?

LB – Não, já não tenho isso presente... Sei que demos notícia, destaque a isso, mas, sinceramente, já não me lembro.

JF – Foi assim: O *DN* publicou na página dois uma síntese dos pontos do Documento e dá a manchete e boa parte da primeira página exclusivamente às vozes que criticam o Grupo dos Nove. Este tratamento tem unicamente a ver com a linha editorial do jornal?

LB – Sim... de facto, pois na altura... Enfim, mal ou bem a linha seria essa.

JF – Os jornais influenciavam as opções políticas dos cidadãos?

LB – Sempre. Na altura porventura mais, porque se vivia intensamente, era uma realidade política que a generalidade da sociedade portuguesa vivia com uma grande intensidade e calor. Os jornais influenciam sempre, disso não tenho dúvidas nenhuma.

JF – Que papel desempenhou o *DN* no contexto do Verão Quente?

LB – Não sei exatamente que papel desempenhou. Agora o que lhe posso dizer é que o *DN* teve, nessa altura, as maiores tiragens de sempre. Chegámos aos 160 mil exemplares! Acho que este é um dado objetivo com que posso responder à sua pergunta.

JF – Que margem restava ao jornal para se preocupar com questões como rigor, isenção e imparcialidade?

LB – Devo dizer que...não sei se sabe, mas presidi em 1973/4 ao Sindicato dos Jornalistas e fui sempre um grande defensor desses valores essenciais ao jornalismo. Mas admito que nesse período de 1975 tenha havido alguma cedência, atendendo à voragem da luta política na altura. Não tenho dúvidas que houve cedência. Devo-lhe dizer, no entanto, que numa ou noutra ocasião, em agosto-setembro desse ano, cheguei a ponderar se deveria ou não continuar como diretor do *Diário de Notícias*. Mas entendi que seria uma atitude que também não se coaduna com o meu carácter e com o meu temperamento de abandonar o barco e por isso, na altura, porque achei que não tinha o direito de o fazer, decidi não o

fazer. Daí, ter entendido continuar até ao fim, embora sem grandes ilusões quanto ao facto de estar a viver uma situação que era insustentável. Quer dizer, mais tarde ou mais cedo viria a dar lugar a uma outra situação que não aquela: que era convulsiva, era um dia-a-dia febril... Enfim, foi uma das fases da história portuguesa em que a política foi mais intensamente vivida.

JF – Como via o jornalismo feito pelo *Jornal Novo* e pelo *Expresso*?

LB – O Eduardo Prado Coelho publicou uma série de seis artigos sobre o *Expresso*, no *DN*, em que ele procurava desmontar aquilo que o jornal tinha de burguês. Aliás, na altura havia muito essa ideia de que o *Expresso* estava ao serviço da burguesia, da direita e da recuperação capitalista. Quanto ao *Jornal Novo*, era entendido como um jornal que, por detrás da sua independência, pretendia atingir determinados objetivos que não eram obviamente os das forças mais revolucionárias e mais voltadas para a transformação social da sociedade portuguesa.

JF – Como situa, politicamente, o *DN* face a esses jornais?

LB – Estava claramente à esquerda deles.

JF – Os textos de opinião, “O Peão na passadeira” e “*DN* Apontamentos”, sempre com honras de primeira página nos dias em que saíam, eram da responsabilidade de quem, uma vez que nunca eram assinados?

LB – Inteiramente da direção do jornal. Representavam o nosso pensamento, pelo que a direção responde por eles.

JF – Como soube da suspensão do *DN*, após os acontecimentos de 25 de novembro?

LB – Soube através de uma comunicação da Presidência da República assinada pelo general Costa Gomes, em que era instaurado o estado de emergência em toda a região militar de Lisboa e ao abrigo do qual ficava suspensa a publicação dos jornais diários: *DN*, *Diário de Lisboa*, *O Século* e *A Capital*.

JF – O que é que foi fazer, a seguir?

LB – Vim para casa, tranquilamente. Mas antes, na madrugada em que tivemos conhecimento do comunicado pelo Presidente da República, ainda houve um plenário em que o problema foi debatido e no qual algumas vozes defenderam a publicação do *DN* no dia seguinte, em infração contra a determinação presidencial. Mas aí bati-me pela conveniência de se atender ao que era disposto nessa determinação e acabou por prevalecer o bom senso, e o jornal acabou por não sair. A partir daí, desliguei-me do *DN*. Voltei no dia seguinte para buscar uns livros e uns papéis que tinha deixado no gabinete e nunca mais lá voltei.

JF – O facto de ter sido diretor do *DN*, no Verão Quente, marcou-o profissionalmente?

LB – Foi uma experiência dura, bastante difícil, mas que não renego. De todo. Mas que foi difícil, foi. E dura. Dura a todos os níveis, até pelas situações concretas com que se lutava no dia-a-dia, na força que a política tinha na época e que se traduzia diretamente na feitura diária do jornal, percebe? ... Foi difícil, sim, não posso dizer o contrário.

JF – Orgulha-se do trabalho que fez no *DN*?

LB – Não renego, assim como não me orgulho ... Penso que fiz o que era possível naquelas circunstâncias. E nesse sentido estou em paz comigo mesmo. Jamais apagaria, de todo em todo, essa experiência.

JF – Faz sentido, hoje, um jornalismo *engagé*, como naquela época?

LB – Não, nem tem razão de existir. As coisas são impostas muito pelo evoluir da sociedade; a sociedade compõe as suas próprias instituições, dá-lhes vida, em função das conjunturas que se vivem. Todas as instituições são fortemente influenciadas por esses fatores. E os jornais, mais que todas as outras instituições, refletem isso. Eu próprio tive que resistir, muitas vezes, no *DN*, a muitas pressões, de baixo e de cima, no sentido de evitar que o jornal fosse quase um panfleto. Tive que fazer fortes resistências para que o *DN* não ultrapassasse os limites do que eticamente era aceitável. A luta, a esse nível, foi também muito complicada.

EXPRESSO

“Instrumento do PPD”

“No Expresso fazia-se, naqueles tempos, mas política partidária do que jornalismo”, escreve Marcelo Rebelo de Sousa (2000), referindo-se à vida do jornal no período pós-25 de abril, cujas instalações, revela, foram a primeira sede do PPD. Francisco Pinto Balsemão, principal acionista e primeiro diretor daquele semanário lançado a seis de janeiro de 1973, será um dos fundadores do novo partido, em cujas bases programáticas trabalha afincadamente com outros nomes ligados ao jornal, como António Patrício Gouveia (que viria a morrer no acidente de Camarate, com Sá Carneiro), Magalhães Mota e Marcelo Rebelo de Sousa, sub-diretor. Daí que mesmo depois de terminado o período Expresso-sede provisória do PPD, “estivesse para durar o tempo do Expresso-instrumento essencial para o PPD” (Sousa, 2000, p. 56).

Lançado durante a primavera marcelista, o então jovem semanário (propriedade de 17 acionistas que somavam um capital social de seis mil contos, cerca de 30 mil euros na moeda atual) depressa conquistou um lugar cimeiro no panorama da imprensa nacional. Com um caderno principal de 16 páginas a que se juntava o *Expresso Revista* com oito páginas, ambos em formato *broadsheet* e tiragens que oscilavam entre os 110 mil e os 135 mil exemplares por edição, o jornal caracteriza-se por ser mais um veículo (formador) de opinião que de informação.

A sua influência residia muito na força dos comentários e análises, a maior parte das vezes da autoria de Marcelo Rebelo de Sousa, que dividia as suas funções de jornalista com as de dirigente partidário e, depois, deputado na Assembleia Constituinte, de que Pinto Balsemão foi um dos vice-presidentes¹¹. Esta ligação entre o partido e o jornal — “que vai claramente tentando igualar em tratamento PPD e PS, senão mesmo favorecer claramente o primeiro” (Sousa, 2000, p. 108) — terá, naturalmente, reflexos muito semelhantes num e noutro, atendendo ao contexto político da época.

Não admira, por isso, que a partir de certo momento o *Expresso* tenha ficado “isolado no meio da aceleração revolucionária generalizada que nos espera” (Sousa, 2000, p. 194), o que quer dizer que o jornal jamais se desviou um milímetro da sua linha e principal objetivo de luta e oposição à onda de esquerda que dominava o país. Atacou e criticou vivamente e sem receio o Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, procurou descortinar (semear?) divisões no seio do PCP e apoiou o Documento dos Nove¹². Porém, não teve a mesma atenção e energia para tomar posição sobre os ataques às sedes dos partidos de esquerda e distanciamento na interpretação das ações do MFA e do COPCON. Paralelamente, o momento menos pujante e até confuso por que o PPD passou sob a liderança fugaz de Emídio Guerreiro — cuja estratégia e

11 O facto de ter integrado a ala liberal, na Assembleia Nacional, nos últimos anos do Estado Novo, suscitou uma forte oposição, sobretudo da parte do PCP, à sua eleição para o cargo. Os outros dois vice-presidentes foram Vasco da Gama Fernandes (PS) e José Tavares Magro (PCP). Henrique de Barros (PS) era o presidente.

12 Também conhecido por “Documento Melo Antunes”, seu principal mentor, tratou-se de um manifesto elaborado a 6/8/75 por nove membros do Conselho da Revolução e posteriormente subscrito por outros destacados membros das Forças Armadas. Os seus autores propunham, em síntese, uma alternativa política que se afastasse dos modelos comunistas da Europa de Leste e das social-democracias mais conservadoras. Em sua oposição vai surgir um documento do COPCON. O extremar destas posição vai culminar, daí a um mês, com a substituição de Vasco Gonçalves por Pinheiro de Azevedo no lugar de Primeiro Ministro.

descoordenação levaram ao abandono de Marcelo Rebelo de Sousa do Secretariado em finais de junho, com o argumento de excesso de trabalho no *Expresso* — passou por completo ao lado das análises acutilantes do sub-diretor do jornal.

Enquanto isso, Pinto Balsemão alternava as suas funções de deputado e de presidente da Comissão de Relações Internacionais do partido (lugar que desempenhou até 1985) com as de jornalista, fazendo e publicando longas entrevistas a destacadas figuras da cena política, como Mário Soares e o conselheiro da revolução, Vítor Alves.

Neste quadro, o *Expresso* representou, indiscutivelmente, um papel relevante no período mais quente da jovem democracia portuguesa. Numa altura em que uma parte significativa dos órgãos de comunicação social estavam sob a alçada do Estado, por via das nacionalizações ou, como sucedia com alguns privados, como os recém-aparecidos *Jornal Novo* e *O Jornal*, defendiam e apoiavam uma via socialista para Portugal, o *Expresso* era a mais influente, prestigiada e escutada voz do centro-direita. Mais: era e foi o jornal que melhor trabalhou no sentido dos interesses do PPD. De tal modo que na entrevista que segue e que foi feita por altura dos 30 anos do Verão Quente, Pinto Balsemão não hesita em afirmar que “os novos-ricos ideológicos, o PCP e Vasco Gonçalves foram os principais adversários políticos do *Expresso*”.

Vala a pena, a este respeito, recordar o ataque frontal e duro de Vasco Gonçalves ao jornal, no famoso comício de Almada, em que chamou o semanário de “pasquim”. O *Expresso*, longe de dar a outra face, respondeu na mesma moeda, criticando sem clemência a política do Primeiro Ministro, ao mesmo tempo que ridicularizava o jornalismo feito pelo *DN*, o qual, dias antes, tinha atacado também o jornal de Pinto Balsemão. E porque a ação política assim o exigia, o semanário passa a saír com uma edição à quarta-feira, intitulada *Expresso Extra*. O jornal mantém-se como bi-semanário até 7 de janeiro de 1976, com tiragens médias da ordem dos 150 mil exemplares. Satisfeito com os resultados e as consequências políticas provocadas pelo 25 de novembro, o jornal regressa à fórmula inicial, mantendo, até hoje, incólumes a sua influência e peso.

FRANCISCO PINTO BALSEMÃO

“Os novos-ricos ideológicos, o PCP e Vasco Gonçalves foram os principais adversários políticos do *Expresso*”

João Figueira (JF) – No livro, “A Revolução e o nascimento do PPD”, Marcelo Rebelo de Sousa afirma que “No *Expresso* fazia-se mais política partidária do que jornalismo”, referindo-se ao quotidiano do jornal após o 25 de abril de 1974. Consegue reconstituir esses momentos?

Francisco Pinto Balsemão (FPB) – Não sei o que ele quer dizer com isso.

JF – Refere-se à altura em que algumas das principais figuras do jornal, como era o seu caso, estavam a trabalhar na criação do PPD.

FPB – Sim, é provável que lá tenham tido lugar algumas reuniões que tinham mais a ver com o partido do que com o jornal, mas isso foi, sobretudo, antes de o PPD ter a sua sede. Agora, daí a dizer-se que se fazia mais política partidária do que jornalismo parece-me um exagero, até porque a composição da própria redação, na altura, era muito curiosa, visto que para além das pessoas, como eu, que eram do PPD, havia outras com ligações ao MRPP e ao PCP. A nossa composição interna, no plano partidário, embora as coisas não possam ser analisadas de uma forma tão simplista, era a de uma aliança MRPP/PPD.

JF – Concorda que o *Expresso* “foi um instrumento essencial para o PPD”, como também afirma Marcelo Rebelo de Sousa, no mesmo livro?

FPB – Eu penso que o *Expresso*, que foi fundado por mim, em 1972, veiculou bastante a opinião de colunistas que eram, claramente, da ala liberal. Nessa medida, concordo que o jornal deu maior cobertura que outros órgãos à ala liberal, embora isso correspondesse a uma opção jornalística correta, atendendo à importância que a ala liberal tinha na época. Após a criação do partido, tive, até, mais chatices e maçadas devido ao jornal, porque as pessoas achavam que estávamos a dar relevo de mais aos outros, que estávamos a contar histórias relativas ao partido de uma maneira que nem todos gostavam...

JF – Paraphraseando Afonso de Albuquerque numa carta ao rei, estava “de mal com o partido por causa do jornal e de mal com o jornal por causa do partido”...

FPB – Em termos gerais eu sempre disse que tive mais problemas no partido por causa do *Expresso*, do que no *Expresso* por causa do PPD. Nunca mais tive zangas com o partido e com Sá Carneiro, apenas alguns amuos por causa do *Expresso*, mas isso, mais tarde, foi esclarecido e ultrapassado.

JF – Como compaginava as funções de diretor e jornalista, com as de deputado e dirigente partidário?

FPB – Separei sempre, muito claramente, uma coisa da outra. Aliás, isso mesmo foi reconhecido quando, mais tarde, fui Primeiro-ministro e as pessoas se admiravam de eu ser atacado no jornal de que era proprietário. Enfim, coisas, até

um certo ponto, de um certo exagero Freudiano por parte de quem lá estava, no sentido de matar o pai...O que eu quero dizer, é que esta demonstração prova que eu nunca misturei as coisas. Isto é, que os projetos jornalísticos não devem servir os interesses pessoais ou políticos de ninguém.

JF – Mas quando o diretor e subdiretor do *Expresso* são, ao mesmo tempo, deputados do mesmo partido, isso significa que têm duas tribunas para veicularem as mesmas opiniões: o Parlamento e o Jornal.

FPB – O Marcelo já era subdiretor nessa altura? Bem, na opinião veiculada através do editorial, que era meu, talvez houvesse alguma coincidência de posições, porque não havia uma dupla personalidade da minha parte. Mas quanto ao resto, eu penso que haveria algumas diferenças, ou seja, nem só aquilo que nós defendíamos no Parlamento constituía a opinião do jornal. Devo dizer, aliás, que na sequência do 11 de março eu próprio convoquei uma assembleia de trabalhadores em que pus à votação um certo número de reivindicações — fui eu que reivindiquei para ficar — e uma delas era justamente que o editorial fosse não assinado. As propostas foram aceites por unanimidade.

JF – As análises não assinadas das páginas dois e três eram da responsabilidade do diretor?

FPB – Bem, nessa altura assinava-se menos do que agora, como sabe. Mas evidentemente que, tal como hoje, tudo o que não era assinado, era da responsabilidade do diretor.

JF – Qual o papel e a influência que o jornal teve durante o Verão Quente?

FPB – Não quero ser juiz em causa própria ou modesto, mas parece-me pacífico afirmar que o *Expresso* teve uma influência grande. Assim se explica, de resto, a necessidade que sentimos em fazer duas edições por semana, ao contrário do que é e era habitual. Por outro lado, o *Expresso* era, talvez, o único grande órgão de expansão nacional que não estava nas mãos de uma coligação entre PCP e uma parte do MFA. Daí que nós representássemos o tipo de jornalismo de uma democracia aberta.

JF – Em que sentido?

FPB – Dando notícias de todos os partidos, o que não quer dizer que as nossas fontes não fossem, muitas vezes, mais de um lado do MFA, nomeadamente do Grupo dos Nove, do que de outras áreas onde, para nós, era mais difícil penetrar.

JF – Era uma questão de confiança recíproca?

FPB – É obvio que nesta altura tínhamos mais acesso a umas determinadas fações que a outras, mas não se poderá dizer que, por esse motivo, calávamos estas a que mais dificilmente acedíamos, como fazia o *Diário de Notícias*, por exemplo.

JF – Mas a análise sobrepunha-se à informação...

FPB – Não, não. Eram as notícias. Tínhamos notícias vindas do MFA, que eram importantíssimas e que os outros órgãos nunca veiculariam: de divisões, de fraturas... Há uma altura, não sei agora precisar a data, em que sou chamado à V Divisão, que era uma espécie de substituição dos serviços secretos, que funcionava ali na rua Castilho, perto do *Expresso* portanto, para me interrogarem acerca de um editorial que eu tinha escrito. Mas depois, com um total amadorismo, não tinham corpo de delito, ou seja, o jornal onde estava o texto de que eu era autor. Lá tive de ir, então, num instante, ao *Expresso*, procurar o exemplar em causa e levá-lo. Tudo isto deu em nada, é claro, mas era uma forma de pressão.

JF – Qual foi o principal combate do *Expresso*, se é que se pode colocar a questão nestes termos?

FPB – Em primeiro lugar foi a luta para que houvesse uma Constituição e que se fosse para a frente com os trabalhos da Constituinte; depois, para que na sequência dessa Constituição se realizassem eleições. O principal combate ou causa era que Portugal caminhasse para uma democracia de padrão ocidental normal, o que só foi conseguido em 1982, com o fim do Conselho da Revolução, órgão de soberania original que resulta, todavia, do pacto efetuado entre os partidos e o MFA.

JF – Os principais adversários políticos do *Expresso* eram o PCP e o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves?

FPB – Sim, mas também muitos novos-ricos no sentido ideológico da palavra, que se revelavam mais papistas que o Papa, autênticos cristãos-novos, que tinham passado da direita profunda para a esquerda militante.

JF – O jornalismo era, na altura, uma forma empenhada de fazer política?

FPB – Houve órgãos de comunicação que foram de imediato controlados pelo Partido Comunista e que passaram a ser aquilo que o PCP e os seus aliados no MFA queriam que fossem. Mas esse era o jornalismo que era praticado na antiga União Soviética, mas que para mim está longe de poder ser considerado jornalismo. Agora, se havia empenho, claro que sim. Mas chamar a isso jornalismo é que me parece que é sujar aquilo que eu entendo que ele deve ser: independente, separar a notícia da opinião e dar todas as notícias e não apenas aquelas que convêm.

JF – O *Jornal Novo* era privado, não era controlado pelo PCP e, todavia, praticava um jornalismo politicamente empenhado.

FPB – Sim, mas praticava um tipo de jornalismo que eu também... embora concordasse mais com aquilo que ele dizia, não deixava de ser um jornalismo panfletário. Aliás, nunca enganaram ninguém.

JF – No *Expresso* o jornalismo esteve, sempre, antes da política?

FPB – Sempre. E está à vista a vantagem dessa estratégia e orientação: mais de 30 anos depois da sua fundação, continua a ser o jornal generalista de maior circulação no País.

JF – Mesmo durante o Verão Quente, o jornal preocupou-se com questões como a isenção, rigor, imparcialidade?

FPB – Claro que sim. A informação tem regras, preocupámo-nos sempre em distinguir a notícia da opinião. Por outro lado, o jornal foi buscar temas e passou a tratar assuntos que, na altura, foram uma novidade. Para lhe dar um exemplo: veja o modo e a atenção que prestámos aos temas de África, designadamente, às questões relacionadas com as antigas colónias portuguesas.

JF – O *Expresso* influenciava a agenda política?

FPB – Acho que sim, mas entendo que isso é bom. De resto, isso ainda hoje acontece com o jornal. Normalmente, aos sábados de manhã, uma boa parte dos noticiários das rádios é feito com as manchetes do *Expresso*. Do que eu me orgulho, como perceberá... Porque o que me preocupa é quando não dão nada do *Expresso* dessa manhã.

JF – Em todo o Verão Quente, não há um único título com o nome de Emídio Guerreiro, líder do PPD na época. Quer explicar porquê?

FPB – Não há? ... Desculpe eu duvidar, mas acho quase impossível não haver.

JF – Eu também estranhei. Daí a minha pergunta.

FPB – Bem... se me diz isso, acredito. Mas não tenho uma explicação.

JF – Em contrapartida, o nome PPD surge em 14 títulos...

FPB – Não lhe sei explicar isso. Apenas sei que não havia qualquer tipo de censura ou inibição dirigida para o líder do PPD. Enfim, acho estranho, mas, sinceramente, não tenho uma explicação, uma resposta para isso.

JF – Os jornais influenciavam as opções políticas dos cidadãos?

FPB – Nós temos todos a mania que sim. Depois, a realidade mostra o contrário. Veja, ainda agora, com o Referendo em França: uma boa parte da imprensa esteve a favor do Sim e, contudo, não teve influência nenhuma porque ganhou o Não. Regressando a 1975, repare que nas eleições para a Constituinte, o MFA aconselhou o voto em branco, ideia essa veiculada em larga escala pelos órgãos de comunicação social, incluindo a televisão, e não teve grande efeito. Não está, portanto, provado que os jornais influenciem de forma tão direta e decisiva as opções políticas das pessoas.

JF – Que opinião tinha, na altura, do *DN* e do *Jornal Novo*?

FPB – O *DN* era um jornal completamente ao serviço do PCP e eu nem chamo jornalismo ao que ele fazia. O *Jornal Novo* foi uma lufada de ar fresco política e até do ponto de vista gráfico interessante. Agora, também é preciso dizer que era um jornal que apareceu com determinados objetivos, pelo que, mal estes foram cumpridos, a sua razão de ser acabou e o jornal fechou.

JF – Como diretor do *Expresso*, qual foi o momento mais delicado que enfrentou?

FPB – Quando foi o discurso do pasquim (referência ao comício de Vasco Gonçalves em Almada, em que o general atacou com veemência alguns jornais, entre os quais o *Expresso*) nós pensámos que ia acontecer qualquer coisa... enfim, não aconteceu nada e nós decidimos tomar posição firme. Houve outro momento difícil que foi o da greve dos ardinas... Uma ameaça de que uns grupos revolucionários iriam atacar o Jornal, o que nos fez estar lá dentro durante alguns dias para responder a preceito...

JF – Sente que cumpriu melhor as funções de deputado ou de jornalista?

FPB – As de jornalista, sem dúvida. Foi por isso que optei por deixar de ser deputado: porque a partir de certa altura já não conseguia fazer as duas coisas e, face a essa dificuldade, achei que era mais importante ser jornalista e continuar a dirigir o *Expresso*.



© Foto do Arquivo Histórico do Centro de Documentação 25 de Abril

JORNAL NOVO

Vocação socialista

“Porque cremos que a via socializante é a via mais eficaz, e mais rápida, para a construção de uma sociedade livre, justa e próspera, *Jornal Novo* é um jornal de vocação socialista”, escrevia o diretor, Artur Portela Filho, no editorial do primeiro número¹³, saído a 17 de abril de 1975.

Ideologicamente definido, o novo diário, vespertino, assumia de forma clara e pública ao que vinha: “Não sendo partidário, o *Jornal Novo* toma partido. Apoiando a construção da sociedade livre, justa e próspera que o socialismo pode ser. Apoiando as correntes que lutam por essa liberdade, por essa justiça, por essa prosperidade”¹⁴.

A imagem de apoio e luta por uma via socializante estava longe de ser exclusivamente para consumo externo. No plano interno, o jornal apresentava aspetos muito curiosos e bem distintos da realidade e relação de forças hoje existente nos *media* nacionais. O conselho de redação, por exemplo, de acordo com o Estatuto Editorial, tinha direito de veto na transmissão de ações do jornal, assim como era obrigatória a assinatura conjunta da administração e do diretor em todos os atos e contratos que de qualquer forma se relacionassem com a atividade profissional dos jornalistas.

Curiosamente, administração e redação do jornal navegavam em águas ideológicas bem diferentes. Uma parte importante dos 11 proprietários do *Jornal Novo*, liderados por António Vasco Melo e José Manuel Morais Cabral, são figuras ligadas à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), sendo que oito dos 11 outorgantes da constituição da Novimprensa Publicações, SARL, (proprietária do jornal) são casados entre si. Esta aliança, aparentemente contraditória — ou equívoca — entre os donos do jornal (representativos da estrutura patronal mais relevante à época e politicamente situados à direita) e uma equipa redatorial e de colaboradores claramente a pensar à esquerda¹⁵, leva a que, com toda a naturalidade, o jornal virasse à direita após o 25 de novembro.

Antes, porém, o vespertino, de 16 páginas e formato tabloide, haveria de se afirmar como um órgão vital à viragem política do verão-outono de 1975 (Sousa, 2000), período em que as suas fotomontagens da primeira página, reportagens e entrevistas agitaram o conturbado quotidiano português. A divulgação, em edição especial, do Documento dos Nove ou a publicação da carta aberta de Mário Soares ao Presidente Costa Gomes são dois exemplos dessa fase e do papel que o jornal desempenhou.

Emparedado, digamos assim, entre o *Expresso*, à direita, e o *DN*, à esquerda, o *Jornal Novo* procurou evitar uma certa radicalização entre PS e PCP. Fazendo, aliás, eco dos esforços que, a partir de França, os secretários-gerais do

13 O primeiro número teve duas edições. Foi na edição do Porto que, sob o título, “Lutar é criar”, Artur Portela escreveu o editorial citado, onde assume a tendência socialista do jornal. A outra edição — Lisboa — no lugar do texto do diretor publica o Estatuto Editorial, cujo ponto 1 declara que “*Jornal Novo* surge para participar na construção da democracia política e económica, pluralista, de sentido socializante, através de uma informação completa e crítica”.

14 Artur Portela Filho, no editorial, “Lutar é criar”, *Jornal Novo*, edição Porto, 17/04/75, p. 1

15 Alguns dos jornalistas que ingressam no *Jornal Novo* são oriundos do República (de cujo grupo se destaca Mário Mesquita) e entre os colaboradores estão nomes como Eduardo Lourenço, Vitorino Magalhães Godinho, Piteira Santos e José Augusto França, entre outros.

PCF e PSF fizeram no sentido os seus homólogos portugueses se entenderem e unirem, o *Jornal Novo* entendia que uma solução à esquerda da realidade política nacional teria, necessariamente, que envolver socialistas e comunistas. Foi, de resto, o principal órgão de comunicação a defender uma unidade de esquerda para governar o país.

É neste amplo contexto, aliado aos cerca de 70 mil exemplares de tiragem diária, que o *Jornal Novo* assume uma especial relevância. Acresce ainda que se tratou de um órgão de comunicação social privado nascido num período de euforia nacionalizante, o que, por si só, já faria dele um case study, além da sua redação ter também fornecido a Assembleia Constituinte, através do seu jornalista Mário Mesquita. Os outros dois candidatos — António Ribeiro e Alfredo Alexandre, respetivamente pelo PS e LCI — não foram eleitos.

Porém, aquilo que verdadeiramente singulariza a experiência deste diário foi o objetivo de concretizar um determinado jogo político, cuja estratégia foi inteligentemente desenhada e montada pelos seus proprietários. Caso contrário, como entender a razão pela qual mudaram de diretor a seguir ao 25 de novembro, trocando Artur Portela Filho por Proença de Carvalho, uma figura bem conservadora e identificada com a linha política do CDS?...

* Entrevista gravada na, então, Alta Autoridade para a Comunicação Social (que hoje tem a designação de ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social), entidade a que presidia, em maio de 2005.

ARTUR PORTELA FILHO*

“O *Jornal Novo* determinava a agenda política”

João Figueira (JF) – No editorial do primeiro número anunciava que o *Jornal Novo* era um órgão de “vocação socialista”. Face ao espectro partidário da época, onde   que ele se situava?

Artur Portela Filho (APF) – Eu não estava a pensar no socialismo circunscrito ou ligado ao Partido Socialista. Estava, sim, a pensar no Socialismo em termos de base sociológico-política, mas em sentido amplo. Aliás, uma boa parte da reda o, que não era muito numerosa, e eu próprio, não pertenc amos a qualquer partido político.

JF – Mas quando escreveu, no mesmo editorial, que o *Jornal Novo* “toma partido apoiando a constru o da sociedade livre, justa e próspera que o socialismo quer”, a que socialismo se referia?

APF – Falando retrospectivamente, o que às vezes   um pouco difícil e pode implicar alguma precariedade ao nível do rigor, devo dizer que não estaria a pensar num socialismo próximo do PCP, nem num socialismo situado no interior do PS. Digamos que o jornal estaria entre o PS e o PCP, na linha de uma unidade de esquerda que, de resto, várias vezes defendemos.

JF – Quem definiu essa linha: o diretor ou a administra o?

APF – A administra o nunca. Aquilo funcionava em roda livre, até porque os administradores apareciam por l  vagamente. Acredite: eles nem sequer administravam. A administra o não riscava nada. De tal modo que eu mesmo tive, uma vez, de ir   Suécia para resolver problemas relacionados com a escassez de papel. Está a ver? A administra o não existia. Por outro lado, o Estatuto Editorial foi imposto leoninamente pela reda o e o Editorial a que se referia há pouco foi da minha única e exclusiva responsabilidade.

JF – Porque   que os administradores, figuras ligadas   CIP, decidiram fazer um jornal de “voca o socialista”?

APF – Eles não decidiram nada. Quem decidiu foi uma pessoa chamada Francisco Agarez, que era diretor-geral da empresa de publicidade onde eu trabalhava na altura e que, após algumas conversas entre mim e ele, decidimos partir para a cria o do jornal, cuja ideia foi tomada com ambas as mãos pelos dirigentes da CIP.

JF – Mas com que objetivo, com que lógica?

APF – Era a lógica do medo, da desordem, da desorganiza o e do receio. Grande parte destas figuras tinha fugido para o Brasil, outras para Espanha; ora, três ou quatro tiveram, v  l , a coragem para aguentar a parada e ficaram. Então, aí, sim, o Vasco Melo, que era um homem de direita, mas civilizado e correto, juntamente com Morais Cabral e um tal Carlos Robalo, que se dizia socialista e que, depois, foi deputado pelo CDS, aceitaram a ideia de avançar com o jornal.

JF – Esta sua versão contraria aquilo que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa conta num dos volumes de “A Revolução e o nascimento do PPD”, em que afirma que foi ele, a pedido de Vasco de Melo e Morais Cabral, a sugerir o seu nome para diretor do jornal.

APF – É completamente falso. Bem, posso estar a idealizar e até posso estar a enganar-me, mas não lhe estou a mentir. Eu próprio sugeri a criação do jornal — que era para se chamar *O País*, mas o Vacondeus registara aquele nome na véspera — e propus que se convidasse para diretor o Eduardo Lourenço, que não aceitou. Posteriormente, falei com Vitorino Magalhães Godinho, que me fez um discurso de tal ordem acerca do que ele entendia por um jornal, que ao fim de 20 minutos dei comigo a pensar que se eu mantivesse o convite e ele fosse o diretor, não saía um único exemplar. Foi assim que as coisas se passaram. Agora, se o Vasco de Melo e o Morais Cabral falaram com o Marcelo sobre o meu nome, desconheço por completo.

JF – A escolha da redação foi da sua total responsabilidade?

APF – Absolutamente. É claro que uns trouxeram outros, mas jamais houve a menor interferência da administração na constituição do corpo redatorial. Lembro-me que o Mário Mesquita, convidado por mim, levou o Diogo Pires Aurélio e o Mário Bettencourt Resendes; O José Sasportes convidou o Mega Ferreira e por aí em diante.

JF – Quer definir o *Jornal Novo*?

APF – Era mais um jornal de agitação, de criação e de diálogo, mas também de polémica, do que um jornal instrumentalizado ou instrumentalizável.

JF – Como era o quotidiano do jornal?

APF – Era de tal modo frenético, que não havia tempo para respirar. Eu chegava a mudar títulos e paginações da primeira página na mudança das bobinas.

JF – Era um tempo em que a política precedia o jornalismo...

APF – O jornalista era um profissional politicamente empenhado, sem que com isto eu diga que fosse politicamente cúmplice. Nada disso. Aliás, se reparar, tanto os editoriais como as fotomontagens que publicávamos disparavam em vários sentidos.

JF – É verdade, mas o que eu lhe peço é que me fale da ideia do jornalismo como arma e que “toma partido”, como o *Jornal Novo* se assumia.

APF – Era uma atitude de cidadania cultural, mas empenhada. Absolutamente. Mas era também o combate leal pela verdade, numa época em que não havia o rigor tranquilo e fotográfico dos acontecimentos. Pela nossa parte, dávamos uma imagem apaixonada, viva e vibrante e, nessa medida, muito empenhada da realidade.

JF – Podemos falar de jornalismo *engagé*?

APF – *Engagé* no plano concetual, não tanto do ponto de vista da estratégia partidária. Ou seja, podemos dizer que era um jornalismo *engagé* na solidez das ideias de solidariedade, democracia, liberdade; isso sim...

JF – Sem prejuízo da existência de jornalistas-militantes, como era o caso de Mário Mesquita, eleito nas listas do PS para a Constituinte, e os de António Ribeiro, também socialista, e Alfredo Alexandre (LCI), os candidatos não eleitos.

APF – Evidentemente. Mas o que eu disse anteriormente não contraria nem impede a presença no interior da redação de um ou outro jornalista mais vinculado partidariamente. A nossa independência face aos partidos nunca esteve em causa e isso é que é e foi essencial.

JF – Mas o exercício do jornalismo era ou não uma forma de agir e intervir no processo político?

APF – Sem dúvida que era e foi. Mas no nosso caso, sem ambições partidárias, que é o aspeto que pretendo aqui sublinhar. Mas concordo que o jornalismo que praticávamos intervinha e agia, na medida em fazíamos acontecer coisas.

JF – A forma empenhada de fazer jornalismo, de que temos estado a falar, fez do *Jornal Novo* um ator político?

APF – Completamente. O *Jornal Novo* foi claramente um ator político, no sentido em que fez acontecer coisas e criou factos políticos. Mas fazíamo-lo de forma diferente daquela em que o Marcelo Rebelo de Sousa se notabilizou. Aquilo que vou dizer é crítico, mas é também elogioso: enquanto que o Marcelo era um menino rabino a fazer acontecer coisas, conforme lhe apetecia e convinha, de acordo com as suas estratégias, dizendo hoje uma coisa e amanhã afirmando o contrário, nós acreditávamos genuinamente no que estávamos a fazer. Fazíamos com entusiasmo, não por cinismo, pois não havia, da nossa parte, uma qualquer estratégia articulada... Olhe, até autocriticamente o digo: era muito difícil, naquela altura, gerir um jornal de uma forma em que a redação fosse um constante apoio para discutir o jornal para o que quer que fosse. As coisas, como já referi, passavam-se a uma velocidade impressionante.

JF – Era o “ar do tempo”, para recorrer a uma expressão da sua preferência?

APF – Justamente. Era uma máquina em permanente funcionamento. Repare: eu, que era o diretor, saía a correr do Alto de Santa Catarina para a Mirandela, que fica duas ou três ruas abaixo, com as coisas na mão, para as entregar na tipografia. Profissionalmente, hoje, não se pode fazer nada assim.

JF – A trabalhar nessas condições e a essa velocidade, que margem restava para discutir os assuntos segundo critérios como rigor, isenção, imparcialidade?

APF – Reuniões para estabelecer critérios, etc., etc., etc..., não, não havia tempo para isso. Depois, se é verdade que hoje muitos dos nomes que trabalharam, em 1975, no *Jornal Novo*, são muito conhecidos, o certo é que, na altura, era malta muito nova e inexperiente. Quero com isto dizer que não vivíamos a questão do rigor e da isenção como um decálogo. Mas eu acho que eramos honestos, sinceros, empenhados, verdadeiros. Estávamos a lutar por causas justas. Era o jornalismo como arma, como instrumento leal, não com o objetivo de assassinar.

JF – Está a dizer que era o próprio jornal que determinava a agenda política e não o inverso?

APF – A minha tese e a do Sasportes, que era o chefe da redação, vai nesse sentido. Isto é, para ideia do *Jornal Novo* como acontecimento político, como desencadeador, como ator, como *régisseur* da ação. E neste aspeto, é preciso salientar, igualmente, o papel inovador que o grafismo do jornal também desempenhou no nosso trabalho. Não se esqueça que tanto eu como o Francisco Agarez trabalhámos 14 ou 15 anos em publicidade. Aliás, como diretor criativo, eu passava o tempo todo a gerir: título à esquerda, *slogan* à direita, textos curtos, imagem de impacte. Em boa parte, esse tom *cartesístico* corresponde a essa formação ou deformação profissional.

JF – Os jornais influenciavam as opções políticas dos cidadãos?

APF – Influenciar é capaz de ser um termo excessivo. É preferível dizer que estimulavam, sinalizavam. Não há provas de que influenciavam no sentido de determinar as atitudes dos cidadãos. Aliás, penso que seria excessivo, pretensioso, até, pensar que teríamos um peso tão grande. Embora também deva dizer que durante alguns meses o *Jornal Novo* foi a única janela de determinado tipo de comunicação. Lembro-me que no Algarve as pessoas juntavam-se às centenas, nas ruas, à espera que chegasse o jornal.

JF – E a influência dos poderes sobre os jornais? Quem é que tinha capacidade para influenciar o *Jornal Novo*?

APF – Quem, eventualmente, poderia ter ali algum poder seriam os chamados independentes de esquerda, o PS e os militantes. Eu digo poderiam... Agora se tiveram ou não... Vamos lá ver, nós vivíamos a falar e entrevistar pessoas, talvez houvesse ou pudesse haver, aí, alguma contaminação de diálogos.

JF – A escolha do *Jornal Novo* para a publicação do Documento dos Nove significa que era o jornal de confiança dos militares em causa?

APF – Sim, talvez fosse o jornal mais próximo das posições deles. Mas seria uma proximidade relativa.

JF – Como e quem fez chegar o Documento ao *Jornal Novo*?

APF – Quem nos levou o Documento dos Nove foi o Castro Mendes, que é o atual embaixador de Portugal em Budapeste. Pois bem, ele chegou ao jornal a meio da tarde, com o Documento e com o pedido para que fosse publicado na íntegra na edição do dia seguinte. Uma loucura: porque o Documento era de uma importância capital, mas, por outro lado, dada a sua extensão, seria impossível garantir a sua publicação no dia seguinte se o fôssemos compor. Decidi, então, fotografar as páginas do Documento, ao mesmo tempo que contratámos arduos específicos que foram anunciar pela cidade o Documento dos Nove ou Documento Melo Antunes, como também é conhecido, nesse fim de tarde-noite.

JF – Fizeram uma edição especial para a publicação desse documento?

APF – Exatamente. Mas deixe-me contar-lhe outra história para ver até que ponto era a redação que decidia tudo o que se publicava no jornal. Nós fazíamos, como sabe, muitas mesas redondas que eram, depois, publicadas nas páginas do jornal, Às vezes em edições sucessivas. Pois bem, um dia os administradores perguntaram se podiam assistir a uma dessas mesas redondas, ao que eu lhes disse que não seria possível e que nem tentassem aparecer. Não ligaram ao que eu disse e à hora da mesa redonda entraram para a sala, a fim de assistir ao debate. Perante os convidados, disse-lhes para saírem da sala porque não tinham sido convidados e que a mesa redonda não começaria com eles ali. Se tinham interesse no assunto que lessem, depois, no jornal. Está a ver? Era este o tom e o clima das relações.

JF – O nome do general Vasco Gonçalves aparece em 43 títulos do *Jornal Novo*, durante os meses do Verão Quente, superando a soma de líderes partidários do PS, PPD e PCP, que totalizam 33 títulos. Como interpreta estes números?

APF – Interpreto do ponto de vista psicológico, porquanto o general Vasco Gonçalves era um adversário. No jogo antiético e atendendo ao pendor polémico que alguns de nós tínhamos e temos, o polemista precisa do seu contrário. Mas também é importante referir que, embora tivesse sido tratado como um adversário, há um texto digno sobre a sua retirada. Agora, para nós, ele era a voz da ameaça, protagonista de um discurso excessivo, exaltado e de um vanguardismo arriscado para as instituições e para a consolidação da democracia.

JF – Entre as cinco figuras que aparecem, no mesmo período, mais vezes nos títulos do *Jornal Novo*, apenas há um civil, Mário Soares, atrás de Vasco Gonçalves e Costa Gomes. Porém, os três principais partidos e a Assembleia Constituinte superam claramente, em número de títulos, as instituições militares (MFA, CR, COPCON). Vê alguma contradição nisto?

APF – Bem, o Melo Antunes era um civil..., isto é, pelo menos intelectualmente falando; mas compreendo o que quer dizer. Bem, nunca tinha feito essas contas. Aquilo que lhe posso dizer é que a democracia que defendíamos, embora com respeito pelas instituições militares, era o modelo civilista.

JF – O PS (60 títulos), Vasco Gonçalves (43), PCP (37) e a Assembleia Constituinte (36) lideram a lista das presenças nos títulos do *Jornal Novo* durante o Verão Quente. Tem explicação para tal escalonamento?

APF – Bom, de certa forma esse escalonamento põe em causa parte da minha resposta anterior, uma vez que Assembleia Constituinte surge em quarto lugar. Em todo o caso, parece-me, à luz dos números que apresenta, que para o carácter polemista do *Jornal Novo* era mais interessante e atrativo falar de figuras, que de instituições. O protagonista, sendo uma pessoa, é mais dramático, é mais teatral, é mais chamativo e pode ser mais diretamente afrontado.

JF – Se o *Jornal República* não tivesse passado pelos problemas que se conhecem teria havido espaço para a criação do *Jornal Novo*?

APF – Tinha, porque o *República* era um jornal idoso, de um certo republicanismo ligado ao PS... e nós não tínhamos nada a ver com isso. Nós éramos a modernidade e estávamos situados muito mais à esquerda.

JF – Mas a verdade é que o *Jornal Novo* passou a ser o veículo privilegiado do PS, na medida em que foi através das suas páginas, para dar um exemplo, que Mário Soares escreve a carta aberta ao Presidente Costa Gomes.

APF – Nessa perspetiva concordo. Mas sem cumplicidades e, sobretudo, sem qualquer tipo de apoio incondicional ao PS.

JF – Como via o *DN* e o *Expresso*?

APF – O *DN* foi, primeiro, um jornal do PCP e, depois, do PS: o *Expresso* era um PPD inteligente, civilizado, democrático e com um profissionalismo notável.

JF – Pode situar, politicamente, o *Jornal Novo* face aos outros dois?

APF – O *Jornal Novo* estava à esquerda do *Expresso* e à direita do *DN*. Mas sem que alguma vez fizesse ou procurasse fazer o jogo do anticomunismo. Aliás, como há pouco lhe disse, a nossa opção era por uma unidade de esquerda. Uma das razões invocadas para o meu despedimento e do Sasportes, a seguir ao 25 de novembro, foi porque, como Melo Antunes, também nós nos opusemos à ilegalização do PCP. Ora, o PCP era muita gente, era opinião, era massa, era vontade e nós tínhamos respeito por tudo isso.

JF – Qual era a marca decisiva no posicionamento do *Jornal Novo*: a opinião ou a informação?

APF – (Após cinco segundos de reflexão) A opinião e algumas grandes *cachas*. Lembro-me de uma entrevista feita na Suíça a Sá Carneiro — que encontrei ocasionalmente, quando fui a Genebra para cobrir um acontecimento qualquer

— que veio a revelar-se uma entrevista avassaladora para o PPD. Ainda no que diz respeito às *cachas*, repare que nós não pedimos o Documento dos Nove, foi-nos lá levado.

JF – O *DN* acusou muitas vezes o *Jornal Novo* de ser um jornal reacionário. Como viu essas acusações?

APF – Achava que eram injustas. E não respondia.

JF – Após o 25 de novembro o *Jornal Novo* mudou de diretor. Para o seu lugar foi Proença de Carvalho, uma pessoa mais conservadora e à direita. Era o fim da “vocação socialista”?

APF – Exatamente. Era o fim da “vocação socialista”. De tal modo que alguns dos argumentos usados para o meu despedimento foram os de que eu e o jornal éramos socialistas.

JF – A administração percebeu que a relação de forças na sociedade portuguesa mudara e que era chegado o tempo de se libertarem do jornal socialista?

APF – O período emergente com o 25 de novembro era claramente diverso. Digamos que era o tempo do Proença de Carvalho. Se eu fui usado? Claro que sim, mas nós também os usámos a eles. Isto é, houve como que um acordo, um diálogo, uma convergência tática de uns senhores que queriam umas determinadas coisas ou, pelo menos, queriam aguentar-se, e outras pessoas... Sintetizando: eles usaram-nos e nós usámo-los. Isso posso admitir. Agora, ao nível da cumplicidade ou da determinação dos conteúdos ou da linha editorial, isso de maneira nenhuma.

JF – O *Jornal Novo* foi um projeto político ao serviço de uma estratégia económica?

APF – Não tenho essa ideia, embora admita que também me convém não ter. Eu vejo as coisas assim: para os rapazes da CIP era a ditadura comunista que estava a caminho. Ora, um jornal que criasse uma clareira de liberdade, que lutasse pela democracia, isso já lhes bastava.

JF – Acha que sim? Mal mudou a conjuntura, a direção foi despedida.

APF – Em termos historiográficos, admito que perante uma dada conjuntura há entidades que se sentem ameaçadas e há indivíduos que fazem uma determinada proposta, que foi a nossa, de fazer um jornal que fosse um instrumento de afirmação da liberdade, da democracia, etc., etc., etc. Depois há uns indivíduos que vêm aí a possibilidade de uma estratégia, de realizar um jogo de interesses..., até que a certa altura a garotada do sonho vai ao ar. São as regras do jogo, no fundo. Mas a responsabilidade da administração nos destinos do jornal, durante o Verão Quente, foi nula. Limitou-se, no final, a ficar com o jornal e a despedir-nos após o 25 de novembro.

JF – Porque acabou o *Jornal Novo*?

APF – As condições que levaram à sua criação tinham deixado de existir, assim como a necessidade de manutenção do jornal.

JF – Porém, reincarnou na *Tarde*.

APF – É verdade, sim, esse jornal horroroso, com o qual a administração pagou as traições feitas pelo Torquato da Luz, dando-lhe a direção.

JF – Traição?

APF – Sim, mas em termos de desvinculação de um grupo que foi afastado ou fez questão de se afastar, em termos de desvinculação de um projeto que esse grupo assumia, em termos de convergência com quem se afastou desse grupo.

JF – Orgulha-se do trabalho que fez no *Jornal Novo*?

APF – Sim. Deu-me um gozo colossal. O prazer lúdico do fazer, do transformar... Claro que me orgulho do meu trabalho no *Jornal Novo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Borrat, Héctor (1989). *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Correia, João Carlos (2008). “História do jornalismo em Portugal: o Pós-25 de abril”, *Jornalismo, História, teoria e metodologia. Perspetivas luso-brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Constituição da República (1976).
- Figueira, João (2012). *A imprensa portuguesa (1974-2010)*. Coimbra: Biblioteca mínima.
- Figueira, João (2007). *Os jornais como actores políticos: o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva.
- França, Elisabete e Marques, Guiomar Belo (1982). “O acesso à profissão de jornalista”, *I Congresso dos Jornalistas: conclusões, teses, documentos*, Lisboa.
- Frémontier, Jacques (1976). *Portugal: os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes editores.
- Garcia, Luís (1994). “Principais tendências de evolução do universo dos jornalistas portugueses”, *Vértice*, 60, Maio-junho.
- Maxwell, Kenneth (1999). *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mesquita, Mário (1994). “Os meios de comunicação social (o universo dos media entre 1974 e 1986)”, *Portugal 20 anos de democracia*, António Reis (coord.), Lisboa: Círculo de leitores.
- Pimlott, Ben e Seaton, Jean (1979). “Political power and the portuguese media”, Durhan, edição policopiada (consultada no Centro de Documentação 25 de abril da Universidade de Coimbra).
- Programa do CDS (1975). Lisboa.
- Programa do PPD (1974). Lisboa, novembro.
- Roy, Albert du (2003). “Les liaisons dangereuses du journalisme et de la politique”, *Hermès 35, Cognition, Communication, Politique*. Paris.
- Sousa, Marcelo Rebelo de (2000). *A Revolução e o nascimento do PPD, Vol. I*. Lisboa: Bertrand.



© Foto do Arquivo Histórico do Centro de Documentação 25 de Abril